



<https://doi.org/10.51880/ho.v27i2.1511>



História Oral e testemunhos: interpelar a contemporaneidade

Regina Beatriz Guimarães Neto*

ORCID iD 0000-0003-2761-5702

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta considerações críticas que questionam os testemunhos orais por diversos ângulos. São destacados novos aportes teóricos e metodológicos que contribuem para abordagens temáticas fundamentais para a reflexão sobre os usos dos testemunhos e as implicações sociais, políticas e culturais na esfera pública. Ao articular diferentes perspectivas historiográficas em diálogo com autoras/es do campo da filosofia, o propósito é estabelecer conexões com modos de pensar que desnaturalizam certas noções e conceitos como “espaço público” e “testemunhos”, considerando um conjunto de variáveis políticas e sociais. O interesse fundamental, por outro lado, é chamar a atenção para as contribuições da história oral no Brasil e sua relação com as questões mais urgentes do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: História Oral. Testemunhos. Contemporaneidade.

Oral History and Testimonies: Interpellating the contemporaneity

Abstract: This article presents critical considerations that question oral testimonies from various angles. It highlights new theoretical and methodological contributions that aid in fundamental thematic approaches to reflecting on the uses of testimonies and their social, political, and cultural implications in the public sphere. By articulating different historiographical perspectives in dialogue with authors from the field of philosophy, the purpose is to establish connections with ways of thinking that denaturalize certain notions and concepts, such as “public space” and “testimonies,” considering a range of political and social variables. On the other hand, the fundamental interest is to draw attention to the contributions of oral history in Brazil and its relation with the most pressing issues of the contemporary world.

Keywords: Oral History. Testimonies. Contemporaneity.

* Professora Associada IV do Departamento de História da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista produtividade do CNPq. E-mail: reginabeatrizg@gmail.com.

*Minha prece derradeira:
Ó meu corpo, faz sempre de mim um homem que questiona!*
Frantz Fanon

Uma perspectiva histórica sobre “a era das catástrofes”: testemunhos que contam

Proponho que as relações entre a história oral e a contemporaneidade alinhem-se ao significado que Agamben dá à concepção de contemporaneidade (2009, p. 63-64). Trata-se da ideia de “manter fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro”, o que “implica uma atividade e uma habilidade particular”, para não “se deixar cegar pelas luzes do século” e, dessa maneira, interpelá-lo sem cessar. Nesse aspecto, há ressonância entre a citação de Fanon, na epígrafe deste texto e as palavras de Agamben: a indagação tem um poder político transformador!

O século XXI traz as marcas das catástrofes (Dosse, 2013) do século XX (e dele próprio). É muito difícil capturar as imagens de sofrimento nas configurações históricas específicas. Para isso, são imprescindíveis os testemunhos que rememoram e recontam os acontecimentos traumáticos: uma memória da violência, muitas vezes silenciada ou invisibilizada. Um exemplo são os testemunhos registrados por Svetlana Aleksíevitch, tanto das mulheres que passaram pela II Guerra Mundial (2016a), quanto dos/das sobreviventes de Tchernóbil (2016b), tragédia do fim do século XX. Há também os testemunhos de sobreviventes do Holocausto e descrições de dor, horror e morte nos campos de concentração, como os relatos dos escritores Primo Levi (2016) e Aharon Appelfeld (2004). Enviado para um campo de concentração com seu pai, aos oito anos, Appelfeld consegue fugir e sobreviver só, testemunhando vários tipos de crueldade contra crianças órfãs.

A história registra os terríveis eventos que ocorreram na África sob domínio europeu, campos de concentração e massacres; o genocídio do povo armênio sob o poder turco; e hoje, as imagens que retratam a destruição da Palestina, assassinatos indiscriminados – genocídio – pelas brutais ações do Estado de Israel.

Mas diante do tamanho da tragédia, temos relativamente poucos testemunhos sobre as sociedades indígenas no Brasil, testemunhos dos povos originários, que sofreram inúmeros massacres desde o século XVI aos dias de hoje, no século XXI. Contamos, hoje, com as imagens da invasão ao território dos povos Yanomami por garimpeiros, traficantes e empresas mineradoras, a fome e as doenças que os assolam e, ainda, os assassinatos, neste momento (agosto de 2024), dos Guarani-Kaiowá. É preciso *nunca mais* esquecer que, com a ditadura militar em 1964, povos indígenas foram expulsos e deslocados de

seus territórios, com diversos registros de grupos originários exterminados (Valente, 2017; Delgado, 2022).

Nunca mais deixaremos de narrar as histórias das mulheres e homens torturados e assassinados pela ditadura, com o suporte e o acesso aos arquivos e inúmeros registros levantados e organizados pela Comissão da Verdade (2014) (com destaque também para as Comissões da Verdade estaduais). Entre vários textos publicados, pode-se citar o livro de Tenaglia (2023), a reflexão sobre as Comissões da Verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira; e o livro de Rago (2013), com os testemunhos de mulheres – um ponto de vista feminista e disruptivo – sobreviventes da ditadura, a partir do golpe militar de 1964. Temos, também, vários trabalhos acadêmicos, teses e dissertações, como a tese de Jônatas Xavier de Souza (2018), pela UFPE: “Entre a história e o cinema: Lúcia Murat e sua arte do viver”.

Diante desse quadro, é necessário ainda mencionar, no Brasil, os assassinatos e as perseguições aos trabalhadores do campo, lideranças sindicais, advogados e políticos que lutaram por direitos sociais, direitos políticos e direitos à vida dos trabalhadores, das trabalhadoras e das lideranças sindicais (Carneiro; Cioccarri, 2011). Grande destaque deve ser dado ao Arquivo Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e aos arquivos das diversas unidades estaduais da CPT. Mas penso que, diante de inúmeros testemunhos, também percorremos as histórias das resistências e das lutas de personagens que trouxeram e trazem esperança para a mobilização pelos direitos e pertencimento coletivo, com a justa memória ética e política. Uma memória a contrapelo.

*

Apresento na continuidade deste texto algumas considerações sobre a história oral e os desafios de repensar os referenciais teóricos, a prática e o debate entre memória e história. Afinal, estamos envolvidos com a construção ética do testemunho e com a crítica historiográfica da memória e do testemunho.

Gostaria de iniciar por uma problemática mais geral: como podem os historiadores e historiadoras contribuir e refletir sobre o momento histórico atual para uma melhor compreensão do que nos afeta e impacta socialmente? Certamente os acontecimentos trazem elementos novos e não pensados, resultado de configurações diversas ou uma combinação de circunstâncias históricas, políticas, econômicas, culturais imprevisíveis, que singularizam o tempo histórico em experiências sociais muito próprias. Novos acontecimentos, portanto, desafiam constantemente formas de pensar e de agir. São eles que coagem, pressionam e provocam análises críticas sobre as operações normativas e normalizadoras das relações de poder e da vida em sociedade, como a distribuição desigual das riquezas, as práticas colonialistas e o racismo, a heteronormatividade e, também, o etnocentrismo.

A análise do presente entre o passado e o futuro (Koselleck, 2006) conta, sobretudo, com a crítica contemporânea das relações entre a história e a memória (Ferreira, 2018;

Montenegro, 2010) mediante modelos de análise que vigoram desde o historicismo, tais como a supremacia dos documentos escritos e documentos do Estado, a noção de prova como comprovação realizada pelo documento que se apresenta, a narrativa descritivista, entre outros aspectos. Nesse cenário, é importante estar atento aos imperativos e preceitos da modernidade, presentes na linguagem, indissociáveis das maneiras de conceber o mundo – as engrenagens do saber colonizador, a concepção de civilização, a construção do racismo e sua articulação com a biopolítica (Mbembe, 2018; Seligmann-Silva, 2022; Viveiros de Castro, 2015). Walter Benjamin, ao fundamentar a crítica à modernidade, refere-se à herança de uma dada concepção de progresso (catástrofe) e os saques materiais e culturais obtidos com a dominação imperialista. Mas, sobretudo, anota a construção historicista de um tempo linear e homogêneo. Denuncia: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (Benjamin, 1985, p. 226)

Na prática metodológica da história oral procura-se participar ativamente da crítica aos preceitos que se constituem em referenciais da modernidade, sobretudo o domínio do saber eurocêntrico e colonizador. Questiona-se também o estatuto das narrativas, a produção de documentos como “prova da realidade factual” e a homogeneização das identidades sociais. Por outro lado, ao recusar procedimentos que primam pela dicotomia e pela valorização de personagens de grande poder político e econômico, a nova postura metodológica elege as falas/relatos e pontos de vista dos agentes sociais, homens e mulheres comuns. Especificamente, a história oral tem contribuído para os estudos das relações dos grupos sociais no tempo e no espaço, de modo a desnaturalizar as relações sociais e indagar sobre os vínculos entre política, comunidade e sujeito (Sossai, 2022). Mas essa articulação não é a chave de tudo. Sem essa pretensão, a ideia é refletir sobre as experiências sociais tendo em vista sua historicidade, para apreender a complexidade da vida social (Montysuma, 2019). Além disso, essas considerações partem precisamente em busca de uma pluralidade de pontos de vista, instituintes da práxis social e política.

Destaco a contribuição da revista *História Oral* que, por meio dos dossiês e artigos livres, abriu debates significativos sob novas perspectivas. Temas e análises, como o ensino e as práticas de história oral (Cavalcanti, 2020; Ferreira, 2021; Pereira; Monteiro, 2021); as narrativas que abrangem múltiplas experiências sociais e análises sobre as sensibilidades e as percepções dos grupos sociais (Maia, 2020; 2019); a história das mulheres (Pedro e Maior Junior); os movimentos sociais (Dezemone, Fontes, 2020; Almeida, 2016) e outras temáticas fundamentais à historiografia brasileira hoje. Além disso, novas demandas sobre o uso de suportes da comunicação pelos meios digitais; aportes teóricos para o uso de imagens, vídeos, documentários (Mauad, 2021; Porfírio, 2020; Troncoso, 2022), todos eles fundamentais para trabalhos com as narrativas orais.

Nesse ponto, a história vista sob o movimento da operação historiográfica (Certeau, 1982) localiza o lugar social da enunciação dos relatos históricos, aprimora e formula a leitura crítica do passado e do presente e avalia o que se considera “futuro” (as expectativas), com a análise crítica da modernidade (Mbembe, 2018; Seligmann-Silva, 2022). Porém, é necessário olhar para o tempo contemporâneo sem cair nas armadilhas do “presentismo”

(Hartog, 2015; Ferreira, 2018). Assim, analisar o tempo social como produção humana e a arquitetura do tempo histórico, que envolve diferentes temporalidades, é tarefa da história em qualquer prática de pesquisa (Delgado; Ferreira, 2014; Guimarães Neto, 2024).

De todo modo, os procedimentos metodológicos devem ser específicos ao contemplarem o estudo e a análise das narrativas orais (Guimarães Neto, 2024), que podem ser vistos como condição para as investigações históricas, com forte enfoque nas reivindicações dos grupos sociais. Estes contam suas histórias e trazem à tona a fala ou o relato oral como importante vetor na transmissão de acontecimentos significativos da experiência socialmente elaborada como rastro da memória das comunidades. Nessa mesma linha, a perspectiva da história de homens e mulheres que partilham e vivem uma vida comum em comunidades quilombolas (Funes, 2022) e sociedades indígenas (Costa, 2009; Kopenawa, Albert, 2015), é crucial para analisar histórias e testemunhos no Brasil que, de outra forma, poderiam ser silenciados sem deixar rastros.

Os intercâmbios com outras metodologias e concepções historiográficas atravessam os debates contemporâneos de forma bastante pertinente. Assim, acompanha-se o interesse pelas mudanças na escala com que os historiadores e historiadoras da micro-história se propõem a operar, ao analisar práticas que constroem o mundo de formas e escalas variáveis e permitem compreender a sociedade e os grupos sociais de distintos ângulos (Montenegro, 2021).

Ainda no que tange à dimensão micro-histórica, destaca-se a importância das negociações entre os grupos sociais e a relevância de outras lógicas de observação e compreensão histórica. As pesquisas sobre o tema das mulheres, dos estudos de gênero e heteronormatividade, dos grupos indígenas, das comunidades quilombolas, entre vários outros, têm suscitado questões inéditas, que implicam interpelar a produção das identidades que se constituem na sociedade, apresentadas como identidades fixas. Neste percurso, as reflexões sobre o tema das subjetividades, sem propor oposições dicotômicas entre subjetividade versus objetividade – debate antigo e desgastado –, são apresentadas em análises e pesquisas diversas. Hoje já não é possível e nem aceitável se opor às relações intrínsecas entre as dimensões subjetivas e objetivas (Albuquerque Júnior, 2007).

Nos intercâmbios com outros campos de conhecimento, necessários, os historiadores, por meio das histórias orais, propõem incursões nas fronteiras dos espaços de conhecimento dos antropólogos, etnólogos, sociólogos, juristas, psicólogos e estudiosos de outras áreas do saber. Neste ponto, é imprescindível reconhecer os intercâmbios com a literatura, observando as suas regras próprias, as especificidades do campo e a participação incomensurável dos escritores com os textos literários.

Reconhece-se o ineditismo no modo como relatam memórias em que realidade e ficção são urdidas em uma linha inseparável, ao apresentar testemunhos de memória que se espelham em incontáveis outros vestígios e rastros documentais. Conceição Evaristo é paradigmática nesse aspecto, desafia o pensamento com as “escrivências” ao tratar e escrever sobre a memória, o testemunho e a escrita:

Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção. Nesse sentido venho afirmando: nada que está narrado em *Becos da Memória* é verdade, nada que está narrado em *Becos da Memória* é mentira. (Evaristo, 2017, p. 11).

Ficção e realidade vivida se misturam, segundo a autora, que ela chama de “ficções da memória”:

E, como a memória esquece, surge a necessidade da invenção. [...] Surgiu então o invento para cobrir os vazios de lembranças transfiguradas. Invento que atendia ao meu desejo de que as memórias aparecessem e parecessem inteiras. (Evaristo, 2017, p. 11).

Com outra perspectiva, relacionada ao relato de seu texto, mas na mesma linha que contribui com a reflexão sobre “ficção” e o estatuto de “realidade”, Bernardo Kucinski (2014) conta a história, advertindo já de partida: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”.

Poderia alongar-me nessas “conversações com a literatura”, pois temos inúmeros textos literários para empreender uma longa viagem de imersão nessa quase intangível dimensão. Mas dar a palavra aos autores é tarefa para outro texto.

A legitimidade dos testemunhos em espaços públicos

Um dos debates mais prementes no mundo contemporâneo diz respeito à credibilidade do testemunho oral com base em um narrador confiável. Creio que os historiadores e historiadoras têm buscado analisar as implicações teóricas e metodológicas que os testemunhos e as testemunhas envolvem, especialmente sua legitimidade e validade face aos demais relatos, com base em testemunhos. Sobretudo quando o que está em jogo é a produção dos documentos históricos, em particular, dos relatos e testemunhos orais, não mais atrelados a uma perspectiva que indica a noção de “essência do sujeito”, mas vistos como práticas discursivas.

A linguagem testemunhal não só tem um carácter autorreferencial (vi, ouvi, estive lá), mas também envolve dizer e contar a história que depende da construção da trama narrativa (Ricoeur, 2007, 2012). É a história contada, narrada, que desloca o significado semântico das palavras e produz novos significados (Ricoeur, 2012). Portanto, se um testemunho pessoal contém a força de uma história individual, ele necessita não apenas ser ouvido e, pelo diálogo, acreditado, mas também é necessário que seja lido em sua tecitura discursiva e narrativa, estabelecendo relações com outras histórias e experiências (Montenegro, 2010), numa dimensão social. Nesse intercâmbio social é que as pessoas

se reconhecem e validam a testemunha, constituindo-se, nessa condição, um “espaço de controvérsia, no qual vários testemunhos e várias testemunhas se veem confrontados” (Ricoeur, 2007, p. 172). O autor, ao dar continuidade às reflexões sobre o estatuto dos testemunhos na esfera social, argumenta que “esse espaço pode ser chamado de espaço público” e enfatiza a importância da estrutura dialógica do testemunho:

[...] ressalta de imediato sua dimensão fiduciária: a testemunha pede que lhe deem crédito. Ela não se limita a dizer: ‘Eu estava lá’, ela acrescenta: ‘Acreditem em mim’. A autenticação do testemunho só será então completa após a resposta em eco daquele que recebe o testemunho e o aceita; o testemunho, a partir desse instante, está não apenas autenticado, ele está acreditado. (Ricoeur, 2007, p. 173).

Nessa perspectiva, o testemunho é resultado do entrelaçamento social, da leitura que fazem dele, dos atos de transmissão da comunicação que lhe conferem sentido. A prática da produção dos testemunhos é dialógica/social em meio às controvérsias que se dão no espaço público. Este é o lugar privilegiado do testemunho. Na perspectiva de Ricoeur, citando Hannah Arendt, os testemunhos estão em jogo no espaço público quando podem ser partilhados, socializados e contrapostos a outros: o espaço do *dissensus* e do *consensus*. Desse modo, os vínculos sociais são fortalecidos nas sociedades em que os testemunhos podem ser ouvidos e não silenciados, quando se potencializam com o poder de fala. Estados em que sua população não pode se manifestar, são vistos como antidemocráticos, autoritários. Paul Ricoeur (2007, p. 175) avança nessa análise:

Em meu vocabulário, trata-se de uma competência do homem capaz: o crédito outorgado à palavra de outrem faz do mundo social um mundo intersubjectivamente compartilhado.

Além disso, ao destacar esse aspecto, o autor reforça seu ponto de vista: “A troca recíproca consolida o sentimento de existir no meio de outros homens – *inter homines esse*, como Hannah Arendt gosta de dizer” (Ricoeur, 2007, p. 175).

Tais referências para refletir sobre as experiências de vida em sociedade, que pressupõem laços sociais e ações comuns e garantir uma maior estabilidade social, mostram que as coletividades podem ser profundamente afetadas quando as instituições políticas envolvem práticas de discriminação social, cultural e étnica. Em que há “um enquadramento seletivo e diferenciado da violência” (Butler, 2016, p. 13).

A crítica radical deve levar em conta a violência das discriminações de classe, raça, etnia, gênero, sexualidades, e aos modos de existência LGBTQIA+ (Veras; Pedro; Schmidt, 2023, Schmidt; Veras, 2021) que interferem nas relações éticas e marcam significativamente o teor dos testemunhos nos espaços sociais, sem opor “espaço público” a “espaço privado”. Violência que causa enorme sofrimento e impacto no mundo em que os direitos e a defesa dos “princípios democráticos” são colocados em xeque ou suspensos.

Sendo assim, a pergunta pertinente é: como aquelas/es que não são reconhecidas/os como sujeitos de direito podem ter “espaço e voz”? Quando e como os seus testemunhos poderão ser “ditos” e “ouvidos”? Como testemunhar em sociedades que penalizam diversos segmentos sociais, sobretudo pretos, pobres e povos originários, e os impedem de se constituírem como sujeitos de direito?

Judith Butler atualiza e potencializa esse problema ao estabelecer importantes rupturas com os esquemas universais e abstratos. Sua questão central é a constituição do sujeito de direito nas sociedades neoliberais. Para ela, o problema é que nessas sociedades há, a todo o momento, a desconstituição do sujeito de direito. Ela afirma que o reconhecimento ético do outro envolve todos e todas e não será decidido por meio do recurso ao esquema abstrato da igualdade humana ou da universalidade de princípios/declarações (parâmetros da modernidade). Quando uma pessoa sofre alguma violência e procura denunciá-la, deve conformar-se à noção de “narrador confiável” e “sujeito legítimo” de acordo com a lei. Como resultado, se para a lei ela não é um “sujeito legítimo”, se o que afirma não tem valor, o seu testemunho ou mesmo sua reivindicação é, em geral, desqualificada, e a pessoa de fato será desconstituída como “sujeito de direito” (Butler; Athanasiou, 2013, p. 77). Butler dá como exemplo a situação de uma mulher violada/estuprada que se apresenta perante a lei para denunciar o crime e mover um processo contra o agressor. Essa mulher dependerá dos esquemas de valorização e, com base em Hegel, de reconhecimento como alguém confiável.¹ Mesmo sob essas circunstâncias, Butler indaga: então, temos que recusar a lei? Ou não se conformar à lei? Em seus termos, ela diz: “a lei é algo que não podemos não querer” [*the law is something we cannot not want*] (2013, p. 77), é necessário que lutemos pelos direitos, e o espaço privilegiado da luta são os movimentos sociais, as denúncias no e pelo coletivo e não apenas de maneira individual.

Diante desse quadro, é preciso salientar que os sujeitos devem conformar-se à esfera da lei para que o seu testemunho seja aceito e o sujeito considerado legítimo. Para Butler, a afirmação positiva do testemunho é resultado de um combate e de estratégias que assegurem o seu valor legítimo, mesmo que tenha que submeter-se às normas que regem a sua aceitabilidade. A luta para garantir direitos ou ter “voz legítima” para reivindicar direitos, dependerá de apoio coletivo, de ação coletiva, quando não, dos movimentos sociais. Ou seja, pela e na mobilização para “agir com”. Os testemunhos, as vozes das pessoas identificadas pelas marcas da desigualdade social, na sociedade neoliberal, estão em perigo. Portanto, o combate deve ser solidário, estruturado no “agir com”. Nesse plano, uma dimensão fundamental deve ser destacada: a linguagem que os atores sociais

1 “For instance, when a woman who is raped goes before the law in order to have the crime against her prosecuted, she has to comply with the very idea of the reliable narrator and legitimate subject inscribed in the law. As a result, if the law finds that she is not a legitimate subject, that what she claims has no value, and that her speech in general is without value, then she is actually deconstituted as a subject by the law in question” (Butler; Athanasiou, 2013, p. 77).

mobilizam, em particular, a forma como articulam o “dito” no grupo social e produzem narrativas e discursos pelos direitos.

Para Judith Butler, assim como para outros/as estudiosos/as como Fanon (2020), para quem “falar é existir absolutamente para o outro” (p. 31), a linguagem é performática, mobilizadora. Nessa perspectiva, é indispensável refletir sobre a produção de identidades estratégicas, discursivas, em situações que a linguagem se mostra contingencial, provisória e mobilizadora de cenários e sentimentos para resistir aos significados da linguagem convencional. Por outro lado, essa reflexão implica pensar, também, como a linguagem reproduz no plano simbólico as experiências cotidianas e suas dimensões de pertencimento e exclusão. A linguagem, em múltiplas performances, fornece pistas para o funcionamento de outros vestígios de resistência que indicam comportamentos muitas vezes incompreensíveis, desconcertantes e inesperados.

Nessa compreensão, torna-se fundamental refletir sobre os mecanismos culturais com os quais lidamos, construímos e redimensionamos a vida social, buscando questionar tudo aquilo que a violência normativa impõe aos grupos sociais que não são reconhecidos como sujeitos de direito em sua condição de despossuídos. Ampliam-se os debates sobre a política, o campo da ética e a força das relações intersubjetivas (Safatle, 2015).

Butler em seus textos, livros e artigos sobre ética e política, violência normativa, sobre a performance, ou melhor, performatividade de gênero, sobre a corporalidade, sobre a linguagem e sobre a vulnerabilidade da vida humana, entre outras propostas de abordagens analíticas, faz críticas contundentes ao modo “como” se opera o reconhecimento ético e o direito à vida. A autora alerta, primeiramente, para a percepção e o reconhecimento à vida nas sociedades liberais modernas. Segundo ela “o ser da vida é constituído por meios seletivos”, não é um processo constituído de forma “natural”, não existe “fora” das operações de poder. O questionamento se dirige aos “seres vivos” que podem ou não estar “qualificados para ter direitos à vida” (Butler, 2016, p. 115). A autora, em seu livro *Quadros de guerra*, ao recusar uma concepção de ontologia que enquadra os indivíduos em sociedade e, também, reivindicar uma nova “ontologia corporal” para repensar a precariedade, a vulnerabilidade e a dor, faz uma crítica contundente:

O ‘ser’ do corpo ao qual essa ontologia [que enquadra] se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. (Butler, 2016, p. 15).

Um dos aspectos analisados por Butler (2004), nessa configuração, pedra basilar de uma nova concepção política para pensar o problema social da produção da desigualdade, é a condição de precariedade da vida social, que constitui as sociedades contemporâneas e ocupa o debate atual. O aspecto fundamental para a compreensão das diversas variáveis que compõem a concepção de precariedade ou da vida precária é o componente social da vulnerabilidade.

Contundo, dimensionando vários ângulos, Butler diz que, se por um lado, a vulnerabilidade é, ao mesmo tempo, o que produz uma espécie de sofrimento, gera também resistência nos “despossuídos”, conscientes da expropriação e da exploração capitalista nas sociedades modernas em que prevalece a lógica da posse. Somando-se a essa abordagem, Butler ainda desloca o significado de “sujeito único” ao opor-se à primazia do indivíduo na prática neoliberal a fim de privilegiar o que se torna relacional entre os sujeitos sociais – o poder do “agir com” (Butler; Athanasiou, 2013).

Judith Butler, nesse caminho, apresenta uma das questões mais significativas da contemporaneidade, a que reflete sobre as possibilidades de se pensar acerca do que se torna relacional entre sujeitos sociais e o que os fortalece, reivindicando uma interdependência social e, mesmo, uma intersubjetividade, com base no poder do “agir com”. Indica, nesse sentido, uma direção contrária ao que prevalece na sociedade neoliberal, que privilegia o individualismo possessivo (Butler; Athanasiou, 2013).

Esse debate reflete sobre as condições históricas de formação do espaço público na contemporaneidade, e tem como quadro de referência política e social normas para o reconhecimento de indivíduos ou grupos como sujeitos de direito. As reivindicações por direitos estão atravessadas pelas relações de poder e não se pode pensar no estatuto dos testemunhos e sua legitimidade sem a análise dos elementos políticos que constituem o espaço público. A legitimidade dos testemunhos, portanto, é resultado e não origem.

Ademais, essas análises permitem expor e localizar as ações dentro – e não “fora” – das estruturas normativas e obrigatórias, produzidas pelas forças que supervisionam e monitoram/vigiam grupos de pessoas (comunidades e grupos). Porém, as lutas e as resistências mobilizam uma multiplicidade de forças políticas, que agem e emergem no espaço público, entendido nas suas dimensões mais amplas, como espaço do direito de falar e ser ouvido contra as ameaças do esquecimento.

Ao articular diferentes perspectivas historiográficas em diálogo com autoras/es do campo da filosofia e de outros campos do saber², o propósito foi estabelecer conexões com modos de pensar que desnaturalizem certas noções como “espaço público” e “testemunhos”, considerando um conjunto de variáveis políticas e sociais.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007.

2 Indico também a leitura de artigos que constam no livro organizado por Mauad, Santhiago e Borges *Que história pública que queremos? What public history do we want?* (2018), que oferecem várias perspectivas que enriquecem a análise da temática “espaço público”.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia da Letras, 2016a.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *História oral e movimento social*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

APPELFELD, Aharon. *The story of a life*. New York: Rrandom House; Schocken Books, 2004.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, 1). p. 222-232.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith, ATHANASIOU, Athena. Recognition and survival, or surviving recognition. In: BUTLER, Judith, ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013. p. 75 -91.

BUTLER, Judith. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. London/New York: Verso, 2004.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2. ed. Brasília: MDA, 2011.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. A Amazônia representada nos livros didáticos de história: sobre história, narrativa e ensino. *História & Ensino*, Londrina, v. 26, n. 2, p. 257-312, 2020.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

CNV – COM.ISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. Moreira da. *O homem algodão: Uma etno-história Nambiquara*. Cuiabá: Carlini & Caniato, EdUFMT, 2009.

DELGADO, Juliana Cristina da Rosa. *O renitente esbulho enfrentado pelos Xavante de Marãiwatsédé*. Cuiabá: EdUFMT, 2022.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Tradução Constancial Morel. São Paulo: Unesp, 2013.

DEZEMONE, Marcus ; FONTES, Edilza. *História oral e conflitos rurais: memórias de lutas*. São Paulo/SP: Letra e Voz, 2020.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Universidade e ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2022.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *História oral, tempo presente e narrativas de trabalhadoras e trabalhadores: diálogos intermitentes*. Recife: Editora da UFPE, 2024.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *K: relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MAIA, Andréa Casa Nova; NOVA, Vera Casa. *Arquivo pandemia: diários íntimos, recortes poéticos, históricos, geográficos, políticos, antropológicos, artísticos, psicossociais do isolamento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020.

MAIA, Andréa Casa Nova. *História oral e direito à cidade: paisagens urbanas, narrativas e memória social*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.). *Que história pública que queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MAUAD, Ana Maria; LOUZADA, Silvana; SOUZA JÚNIOR, Luciano Gomes de. Das revistas ilustradas ao fotojornalismo independente: itinerários da prática fotográfica no Brasil do século XX. *Fotocinema*, Málaga, v. 22, p. 221-254, 2021.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Comblin: Historiografia, História Oral e Memória. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 74, p. 492-511, set./dez. 2021.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil*. Recife: Cepe, 2019.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTYSUMA, Marcos. Memória e esquecimento. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JUNIOR, Américo Alves de (Org.). *Coleção História do tempo Presente*. v. 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. p. 46-62.

PEDRO, Joana Maria; MAIOR JUNIOR, Paulo Roberto Souto. Apresentação de dossiê: a virada

de gênero na historiografia brasileira: pesquisas, temáticas e debates. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 14, n. 1, p. 4-8, 2021.

PEREIRA, Amilcal Araujo; MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História e culturas afro-brasileira e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

PORFIRIO, Pablo Francisco de Andrade. Histórias, fotografias e trabalhadores do Brasil. In: PEREZ, Rodrigo; PINHA, Daniel (Org.). *Tempos de crise: ensaios de história política*. v. 1. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 93-124.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SOSSAI, Fernando Cesar; FONTOURA, Arselle de Andrade da; COELHO, Ilanil (Org.). *Espaços de história oral no sul do Brasil: trajetórias, experiências e perspectivas*. Joinville: Editora da Univille, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A vinada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SAFATLE, Vladimir. Posfácio. In: BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 173-196.

SCHMIDT, Benito Bisso; VERAS, Elias Ferreira (Org.). *Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

SOUZA, Jônatas Xavier de. *Entre a história e o cinema: Lúcia Murat e sua arte do viver*. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, PE, 2018.

TENAGLIA, Mônica. *As comissões da verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira*. Brasília: Editora UnB, 2023.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. *As mulheres de X'oyep: fotografia e memória*. Tradução Pablo Francisco de Andrade Porfirio. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VERAS; Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil*. Maceió: Edufal, 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 11-41.

Recebido em 02/07/2024

Versão final reapresentada em 26/07/2024

Aprovado em 26/08/2024